

Scripta Nova

REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA
Y CIENCIAS SOCIALES

Universidad de Barcelona.

ISSN: 1138-9788

Depósito Legal: B. 21.741-98

Vol. XIX, núm. 507

15 de abril de 2015



Novas fronteiras do capital no Cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil

Júlia Adão Bernardes

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Universidade Federal do Rio de Janeiro

julia.rlk@gmail.com

Novas fronteiras do capital no cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil (Resumo)

Propomos analisar o atual movimento de expansão e consolidação da cadeia carne/grãos no cerrado da Região Centro-Oeste do Brasil, numa região cuja centralidade é de fundamental relevância para o projeto de país. Essa fronteira é reconstruída através de conceitos como sistemas de objetos e de ações, significando reconhecer a complexidade e a criação de novas territorialidades nas características próprias da atual fase capitalista em termos da nova divisão técnica do trabalho, da dinâmica do mercado, da atuação do Estado, do confronto entre interesses dominantes e formas de produzir pré-existentes, do encontro entre diferentes temporalidades e espacialidades, das lutas sociais. Na percepção da contradição, que começa ao perceber o movimento de separação e totalização, é possível desvendar os conflitos. Tais conceitos permitem mapear e reconhecer essa fronteira como projeto dos mais poderosos e como espaço dos que lutam pela vida no âmbito da ordem dominante verticalizada e excludente.

Palavras-chave: Fronteira do cerrado brasileiro, cadeia carne/grãos, contradição.

New frontiers of capital in the Brazilian cerrado: the dynamics and contradictions of the expansion of agrobusiness in the Central-West Region (Abstract)

This paper aims to analyse the current movement of expansion and consolidation of the meat-and-grains chain in the Cerrado of Brazil's Central-West Region, the centrality of which is essential to projects on the national scale. This frontier is being reinterpreted through concepts such as the system of objects and actions, which allows us to identify the complexity of the characteristics of the new territorialities proper to the present stage of capitalism. Such characteristics include the new division of labour, the current dynamics of the market, the

Recibido: 8 de noviembre de 2012

Devuelto para correcciones: 12 de marzo de 2013

Aceptado: 30 de septiembre de 2014

present role of the State, the battle between hegemonic interests and previous forms of production, the encounters between different temporalities and spatialities, and a number of other social conflicts. An awareness of the existence of contradictions, brought about by the movement of separation and totalization, permits us to unveil and understand conflicts. Thus, the use of these different concepts permit the mapping and recognition of this new frontier as both a powerful project and a space of resistance for those who fight for life in a context ruled by a vertical and exclusionary order.

Key words: Frontier, meat-and-grains chain, contradiction, Brazilian cerrado.

Dadas as características da atual fase de mundialização da economia, em que o conhecimento do território tornou-se imprescindível, cabe à ciência geográfica um papel de destaque no sentido de contribuir no avanço do conhecimento. Como assinala o geógrafo Milton Santos^[1], com base na internacionalização das técnicas, da produção e do produto, do capital e do trabalho, do consumo, da mundialização das relações de todos os tipos, econômicas, financeiras, políticas, é possível compreender cada fração do espaço em função do espaço global.

Assim, é importante enfatizar os nexos entre técnica e saber geográfico uma vez que a materialidade constitui o sustento e o resultado das relações sociais em geral e, em especial, das relações sociais de produção. O conjunto técnico torna-se concreto sob o comando de relações mundializadas, e se realiza no âmbito de possibilidades dos lugares, dos sistemas locais de recursos naturais, sociais ou econômicos, podendo resultar na criação de distorções e desigualdades.

Nesse contexto faz-se necessário uma breve referência à questão das escalas e aos desafios de sua análise. Se “as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar”^[2], é fundamental inserir uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do comando. “Não se pode entender o que acontece numa dada escala fora das relações de acomodamento que atravessam a hierarquia de escalas”^[3]. Para o autor as escalas representam produtos de mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas.

Para melhor compreensão da expansão da fronteira agrícola moderna no cerrado da Região Centro-Oeste, um caminho de análise é a reflexão em torno das categorias espaço e tempo, no caso da geografia aplicado particularmente à concepção de espaço do geógrafo Milton Santos, que consiste num certo sistema de objetos e ações na fase técnica atual, conformando o que denominou de meio técnico-científico-informacional. Nesse caminho analítico é fundamental o estabelecimento de nexos entre ação, tempo e espaço.

Nessa direção buscou-se detectar como se estabeleceram as bases políticas da integração nacional, em substituição à fase em que predominava a orientação mais espontânea das atividades econômicas, reveladoras dos limites do modelo econômico vigente, procurando destacar como a resolução gradual dos conflitos coincide com o processo de integração da região ao fluxo do comércio internacional, possibilitando

[1] Ver Santos (1999).

[2] Santos (1996).

[3] Citação de David Harvey, em Espaços de Esperança, 2004, p. 108.

apreender como ocorreu sua adequação enquanto condição de reprodução das relações sociais. O que orienta a compreensão do território é o horizonte de expectativas do presente com um olhar para o futuro, entendendo esse presente como o entrelaçamento entre continuação da tradição e a inovação.

A geografia das técnicas e o território

Para a compreensão da atual dinâmica territorial e das novas relações entre uma sociedade universal e os recursos mundiais, a geografia precisa utilizar um corpo conceitual que permita analisar a nova realidade social, colocando-se como fundamental antes de tudo a distinção entre *espaço* e *território*.

Espaço e território são termos distintos, sendo o espaço anterior ao território, formando-se este a partir do espaço, ou seja, o território é um espaço onde se projetou um trabalho, revelando relações marcadas pelo poder^[4]. Entretanto, deve-se admitir que, nas formas mais comuns de acionamento da noção de território, predomina o utilitarismo e não as tensões da existência^[5].

Na visão de Milton Santos, o espaço é considerado como um sistema de objetos e um sistema de ações^[6], o que fornece uma visão de materialidade que não se restringe a “teatro da ação”, mas constitui condição para a ação, significando intervenção no processo de fazer a história, e não apenas de interpretá-la.

O uso atual do território pode ser definido pelos modernos sistemas de engenharia, pelos sistemas jurídicos normativos, pela organização da indústria e da agricultura, pelo dinamismo da economia e da sociedade e pela extensão da cidadania, configurando uma nova divisão do trabalho.

Nessa interpretação, o território é presente e passado, é a dimensão materializada do espaço enquanto sistemas de objetos e sistemas de ações; nesta dimensão os sistemas técnicos, que envolvem materialidades de formas de organização e regulação, autorizam no atual momento histórico o desencadeamento de processos geradores de determinadas formas, vinculadas a funções e associadas a estruturas, significando certa forma de trabalho e de sua distribuição, levando à acentuação das diferenciações regionais.

A geografia das técnicas ajuda a entender como o território ganha novas possibilidades de produção, de circulação, de mercado, impondo novos conteúdos e comportamentos a partir da circulação dos produtos, dinheiro, idéias, informações e ordens, constituindo o que Santos denomina de meio técnico científico informacional, significando maior fluidez do espaço^[7].

[4] Concepção de território de Claude Raffestin em Por uma Geografia do Poder, 1993.

[5] A noção de território foi trabalhada nos cursos ministrados pela socióloga Ana Clara Torres Ribeiro, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), em 2011.

[6] Ver Milton Santos em A Natureza do Espaço, 1996, capítulo 2.

[7] Milton Santos, A Natureza do Espaço, 1996, capítulo 10.

O território, enquanto espaço usado pela sociedade e as empresas, ou seja, o *território usado*^[8], deve ser entendido, como o chão mais a identidade; o chão percebido como o lugar do trabalho, da moradia, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida, a identidade em termos do sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território usado permite compreender a nova materialidade, que se manifesta na emergência de macro formas espaciais, as quais estão presentes nas novas formas de regionalização, nas cidades globais, nos movimentos de reestruturação produtiva, no gigantismo da expansão do agronegócio, na escala alcançada pelo mercado e na difusão de ordens através das redes técnicas.

Por outro lado, como nos alerta Ana Clara Ribeiro, o território usado, praticado, é prenhe das experiências daqueles que conquistam a sobrevivência em ambientes hostis, antagonicos, chamando a atenção para a importância do espaço herdado, o qual contém, além de obstáculos, sustentos da ação socialmente desejável^[9]; a autora lembra Walter Benjamin, que propôs reconhecer os futuros que permanecem ocultos nas entranhas do passado, logo, do presente; nos diz que reconhecer os futuros significa reconhecer as forças sociais que moldam o território a partir de suas utopias inspiradas nas exigências éticas do humanismo concreto.

Em síntese, a análise do território na fase contemporânea implica o reconhecimento da complexidade na sua reestruturação e dos limites para a homogeneização tão propalada pelos atores hegemônicos. Santos esclarece que “se o espaço se torna uno para atender as necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas”^[10].

Na análise crítica da modernização, da dinâmica econômica, dos vínculos entre economia e território, do ponto de vista metodológico adotamos a técnica como fio condutor. Nesta linha de análise, pode-se afirmar que a novíssima fronteira do capital no cerrado brasileiro inclui a combinação de diferentes temporalidades e espacialidades, as chamadas “rugosidades”^[11] por Santos, sob a influência de pactos sociais. O autor chama rugosidade “ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. Assim, as rugosidades são reveladoras do poder de determinação do espaço.

A ocupação do cerrado na atual fase tecnológica leva a uma interpretação ativa do território, em que o crescimento da produtividade não se descola dos custos sociais, não só abrindo alguns circuitos produtivos, como também fechando, ao desenraizar culturas. Dotada de qualidades e quantidades da última modernidade, a fronteira do capital no cerrado é reconstruída através de conceitos reveladores dos projetos dos agentes hegemônicos e também como espaço dos que lutam nos interstícios da ordem

[8] A noção de território usado foi desenvolvida por Milton Santos, no texto “O Dinheiro e o Território” apresentado pelo autor na Conferência de Inauguração de Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 1999.

[9] A noção de território usado também foi trabalhada por Ribeiro em 2005 no capítulo do livro “Território Usado e Humanismo Concreto: o mercado socialmente necessário” que se encontra no livro “Formas em Crise: utopias necessárias”.

[10] Santos, A Natureza do Espaço, 1996, página 46.

[11] Santos, A Natureza do Espaço, 1996, página 113.

dominante, pois, como observa Ribeiro, a fronteira da técnica só pode ser compreendida quando a pesquisa não oculta as perdas sociais absorvidas na produção da riqueza^[12].

Portanto, o tema “Novas Fronteiras do Capital no Cerrado”, trata de uma problemática relevante, a fronteira da última modernidade, que inclui o atual movimento de expansão da cadeia de grãos e carnes no cerrado brasileiro, onde o Centro-Oeste emerge com seu imenso cenário de formação de um novo parque industrial, montado em novas tecnologias, numa região cuja centralidade é de fundamental relevância para o projeto de país, assim como para a dinâmica do mercado mundial.

A novíssima fronteira, reconstruída através de conceitos como sistemas de objetos e sistemas de ação, como fixos e fluxos, assume uma forma concreta, com funções específicas e estruturas relacionadas, que permite identificar as articulações entre o local e o global e a conformação das relações de poder. Os sistemas de objetos e ações são reveladores dos níveis técnicos adotados, dos níveis organizacionais, do funcionamento das redes empresariais, das redes de poder, das relações políticas, dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação.

São conceitos que permitem mapear e reconhecer essa fronteira como projeto dos mais poderosos e como espaço dos que lutam pela vida “nas lacunas da ordem dominante e da cooperação capitalista verticalizada e excludente”^[13], como percebido por Ribeiro. Analisar a instituição da novíssima fronteira, sua expansão e consolidação, significa reconhecer a complexidade e a criação de novas territorialidades, reconstruídas nas características próprias da atual fase capitalista em termos da nova divisão técnica do trabalho, da dinâmica do mercado, da atuação do Estado. Significa reconhecer a complexidade no confronto entre interesses dominantes e formas de produzir pré-existentes, no encontro entre diferentes temporalidades e espacialidades, nas lutas sociais.

Analisar a novíssima fronteira significa abordar um conjunto de processos que permite trabalhar a técnica no sentido da produção da vida, analisando a acumulação de condições que definem o destino dessa região, instituindo regionalizações representativas da globalização da economia, viabilizadas por meio do sistema de objetos e sistema de ações, dos fixos e fluxos.

O que propomos neste trabalho é um roteiro de atualização do pensamento crítico na direção do desvendamento do território, da região, reconstruídos pela difusão da técnica. Trata-se de um território em rápida transformação, em boa parte projetado por atores distantes, onde novos cenários e novos futuros estão sendo definidos no presente.

[12] As relações técnica/território foram analisadas por Ribeiro em 2009, no prefácio elaborado para o livro *Novas Fronteiras da Técnica no Vale do Araguaia*.

[13] A noção de fronteira técnica na atual fase de modernização foi desenvolvida por Ribeiro, em 2009.

A fronteira técnica da agricultura no cerrado: novas ações, novos tempos, novas territorialidades

Falar da fronteira técnica da última modernização do cerrado significa falar do acúmulo de tempos históricos que configura esses territórios, de acumulações e substituições resultantes da superposição das ações das diferentes gerações, de um espaço que é presente, mas também passado e futuro. Ao mesmo tempo, como enfatiza Santos^[14], é falar da nova etapa do processo de racionalização em função da emergência do meio técnico-científico-informacional que substitui o meio natural e o meio técnico, produzindo espaços da racionalidade que constituem o suporte das ações globalizadas. É falar da força dos processos contemporâneos no sentido de sua capacidade de romper e superar os obstáculos à acumulação capitalista. É falar de espaços de uma nova ordem técnica, que impõe uma nova ordem social, estabelecendo novas relações entre espaço e tempo.

O nascimento da atual fronteira do capital no cerrado, referenciada na produção de carnes e grãos, se dá com a consolidação da fronteira agrícola moderna, sendo esta instituída a partir dos anos 1970 na região Centro-Oeste. Portanto, o embrião da atual fronteira carne/grãos se encontra na fronteira técnica dos anos 70, por isso vamos nos reportar à sua gestação.

Na história da fronteira dos anos 70 deve-se levar em conta não apenas o movimento de continuidade, mas as discontinuidades. É preciso perceber as quebras, as rupturas, é importante averiguar o que num determinado momento fez mudar o rumo, instituindo essa fronteira. Em cada época a regularidade precisa ser explicada e o peso das heranças, como também o da novidade, que é a essência da história. É nesse contexto que tentamos explicitar o que levou a uma quebra da continuidade da realidade econômica no cerrado brasileiro após 1970, como e por quê o rumo do cerrado se torceu, imprimindo substituições nas formas espaciais herdadas do período anterior aos anos 70.

Em se tratando do estabelecimento da moderna fronteira agrícola no cerrado do Planalto Central nos anos 70, deve-se levar em conta que, apesar da ruptura política entre a democracia populista anterior a 64 e o governo autoritário, há razões estruturais e conjunturais que respondem pela continuidade do padrão de acumulação, embora em áreas descontínuas, suscitando novas ações, traduzidas em programas, que passam a ser implementadas pelo aparelho de Estado, favorecendo as práticas de novos agentes, oriundos principalmente do Sul e Sudeste.

Com o objetivo de incentivar a exportação de produtos não tradicionais, a produção do espaço se alicerçou numa solidariedade de interesses, aglutinando os da esfera estatal, de setores nacionais e da grande empresa internacional, permitindo a criação de uma nova base material produtiva. Nessa fase o governo colocou em prática a política de ocupação dos chamados espaços “vazios”, concedendo estímulos às empresas agropecuárias através da concessão de isenção de impostos e subsídios governamentais, desencadeando uma política que visava o aumento da produção e da produtividade e que se vinculava ao Programa dos Corredores de Exportação.

[14] Santos, 1996.

A compreensão do novo movimento de desenvolvimento das forças produtivas nessa fase implica o exame da atuação do Estado, na medida em que o mesmo estabelece as regras, instrumentos e a definição legal de papéis. Dentre as inúmeras ações destacam-se mudanças na estrutura fundiária, abertura de eixos dinâmicos que vão constituir os chamados corredores de exportação, políticas de colonização públicas e privadas, implantação de grandes projetos agropecuários, além de políticas de crédito e de isenção fiscal. Assim, o campo se tornou extremamente vulnerável ao grande capital, passando o território a ser abrigo para as grandes empresas.

Ao elaborar políticas para a incorporação dos cerrados ao processo produtivo, o Estado assumia a condição de indutor do desenvolvimento capitalista, desenvolvendo ações diretas para a ocupação do território, a exemplo da abertura das grandes vias. A terra barata facilitou os investimentos, os incentivos da SUDAM e as linhas especiais de crédito atraíram os investidores principalmente do Sudeste e do Sul do Brasil.

A implementação das novas políticas governamentais no cerrado só foi possível a partir do processo de desnacionalização da economia e da configuração do denominado capitalismo associado, sendo necessário remover os obstáculos que dificultavam a presença de interesses da economia global, procurando tornar o território mais atraente em suas vantagens comparativas. Por isso, foi preciso aprofundar o processo de liberalização da economia, da lógica modernizante do mercado e da competitividade internacional, abrindo novas atividades para o mercado mundial, redefinindo-se o ambiente macroeconômico. No contexto do regime autoritário, do milagre econômico e de mudanças na escala da economia inicia-se o processo de ruptura da dicotomia campo-cidade.

O uso do espaço requer previamente sua apropriação e domínio sistemático, domínio sobre a natureza e os homens, e cada modelo de apropriação reflete um modo de produção que traz implícito um nível de relações sociais de produção. Dessa forma, assinala Sánchez^[15], tornar um espaço funcional passa pelas adequações à sua nova função, o que constituirá uma nova forma de produção desse espaço, significando que o modo de produção deverá moldá-lo conforme seus interesses.

No cerrado do Centro-Oeste essas adequações ocorreram no contexto dos interesses dos grupos sociais hegemônicos, que dirigiam uma forma de produção fundamentada no progresso científico e tecnológico, favorecidos pelos investimentos do Estado, seja na aplicação da ciência e técnica na modernização da agricultura, seja na criação de infra-estruturas, o que significa a socialização dos custos envolvidos na criação das condições gerais da acumulação capitalista.

Na contemporaneidade a reorganização da produção associada aos sistemas técnicos, que constituem a mais nova versão da era tecnológica, ou seja, a colagem das inovações às formas espaciais, expressa transformações nos sentidos e nas metas dos projetos de desenvolvimento dos mais poderosos, e essa relação se traduz na rapidez no avanço e na consolidação da fronteira da última modernidade.

As novas ações foram traduzidas em novos tempos, tendo na dimensão técnica uma das condições de eficácia, desencadeando processos que foram criando novas

[15] Ver Joan-Eugeni Sánchez, 1991.

territorialidades. Dentre as novas ações estão os pacotes tecnológicos aplicados às atividades agrícolas modernas, que possibilitam avanços nos rendimentos médios através da utilização de variedades geneticamente adequadas ao cerrado, de insumos em termos de fertilizantes e agrotóxicos, do uso de máquinas e implementos agrícolas modernos que contribuíram para ampliar a escala de produção, uma das vantagens da região. Segundo Aracri, a partir do ano 2000 os sistemas de precisão encontraram um ambiente favorável na região, embora constituindo um fator de diferenciação entre os agentes econômicos em função do elevado custo de implantação^[16].

Assim, os referidos progressos da química, da genética e as possibilidades da nova fase de mecanização, além de incrementar a produtividade agrícola, ou seja, produzir mais por unidade de tempo e superfície, levando à redução da mão de obra no campo, permitem a expansão da produção em grandes extensões contínuas, denominadas por Santos de *horizontalidades*.

Entretanto o autor nos lembra que são as *verticalidades* que asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, pois, se as horizontalidades constituem “a fábrica da produção propriamente dita e o lócus de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e política, como geograficamente”^[17].

Enfim, são as ações hegemônicas, envolvendo alianças entre o Estado e o capital, do capital que determinam a bolsa de valores, as taxas de juros, os insumos, a técnica, refuncionalizando as formas, criando novos territórios, significando novas relações com o tempo. É a aceleração do tempo em função das técnicas, passando a dominar os tempos rápidos.

Trata-se de pensar a ação enquanto ato que tem sentido no âmbito da racionalidade capitalista, entendida como uso do tempo, que no processo produtivo é fundamental, é pré-estabelecido, pois quem domina, quem tem a hegemonia, é quem vai elaborar, por exemplo, o calendário agrícola, é quem vai definir a safrinha ou a segunda safra, fazendo com que haja uma outra eficiência do tempo. As ações devem ser sincronizadas, as ordens e as regras enquadradas em tempos pré-definidos, e tudo isto se relaciona com mecanismos de reprodução de poder. Além do domínio sobre o tempo, fundado no uso de modernas tecnologias, é preciso dominar o espaço. A forma espacial é a maneira como o movimento/ação se organiza mais horizontalmente.

É importante ter em conta que, no marco do meio técnico-científico-informacional, em que os objetos técnicos tendem a ser também informacionais, há outras formas de tempo/espaço. Esse espaço da ação que não utiliza as novas tecnologias, também é tempo, de outra forma. O homem lento, que não domina o saber moderno, pode fazer outro território e também levar a mudanças. Santos nos recorda que “O tempo se dá pelos homens. O tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento

[16] Luís Angelo Aracri, 2005.

[17] Verticalidades e horizontalidades são noções trabalhadas por Santos, A Natureza do Espaço, 1996, capítulo 12, p. 225.

do Mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo”^[18].

Não obstante, há convivência de tempos lentos e rápidos, que conformam espaços luminosos e opacos, espaços do mandar e do fazer, há convivência de escalas de tempo distintas, pois somos presente, mas também passado e futuro. Assim, passa a haver uma nova dinâmica no uso do território no cerrado e os sistemas técnicos seletivos respondem pelos espaços luminosos do mandar.

Tais espaços estabelecem conexões com o sistema econômico mundial, o qual, pela sua natureza competitiva globalizada favorece a formação de espaços corporativos de altas densidades técnicas: são os espaços de expansão da soja, do milho e do algodão, com seus espaços urbanos, fragmentando-se o espaço para que o capital possa se fazer presente em diferentes porções do território, as mais adequadas para a reprodução do capital. Entretanto, os espaços opacos permanecem majoritários em função do processo competitivo vinculado à escravização pelo mercado. Santos afirma que “o tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira. Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações”^[19].

Nesse contexto o jogo está aberto: fenômenos de abertura de novos espaços produtivos e de cooperação podem ser identificados, vinculados a novos potenciais, com suas múltiplas influências e condicionantes, bem como a fenômenos de fechamento de espaços tradicionais. Assim, neste fim de século, como resultado das ações racionais dos distintos atores voltadas para determinados fins^[20], um conjunto de técnicas, articuladas pelas técnicas da informação, permitiu a produção de um novo mundo no cerrado ao introduzir a agricultura moderna, produzindo novos territórios, produzindo espaço como trabalho morto, produzindo espaço como técnica.

É nesse sentido que Santos assinala que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social”^[21]. O território é a porção de espaço construído na qual as relações de uma sociedade atingem seu maior nível de concretude, integrando as formas, os objetos, os valores e as ações na totalidade dos acontecimentos simultâneos. É no território, uma das dimensões do espaço produzido, que o homem concretiza suas ações no campo econômico, social, político e cultural, transformando-se no cenário de contradições e conflitos, que constitui a condição necessária das mudanças sociais, convertendo-se num instrumento histórico e dialético da materialização da vida.

Eis uma das novas faces do território no atual cerrado brasileiro, que inclui os estados de Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão, Piauí, Tocantins e Minas Gerais, os principais produtores de soja do cerrado: com uma área total de 204 milhões de hectares, dispõe de 127 milhões de hectares cultiváveis. Como pode ser visto no quadro 1, a área colhida com soja em 2009 ocupava 12.737.341 ha e produzia 36.863.051 ton., correspondendo a 58,56% da área colhida no país e a 64,28% da produção; o plantio de milho se estendia em 6.190.661 ha, com uma produção em

[18] A citação de Santos encontra-se no livro Técnica, Espaço e Tempo, 1994, p. 83.

[19] Sobre espaços luminosos e opacos, ver Santos em Natureza do Espaço, 1996 p. 213.

[20] Max Weber, 1997.

[21] Santos, A Natureza do Espaço, 1996, p. 15.

[22] Santos, 1996, p. 204, A Natureza do Espaço.

torno de 25.309.199 ton., equivalendo respectivamente a 45,34% da área e a 49,90% da produção total nacional; a área cultivada com algodão ocupava 780.228 ha, produzindo 2.840.250 ton., participando com 96,12% da área e 98,02% da produção nacional.

Quadro 1. Agricultura moderna no Cerrado - 2009*

Produtos	Área colhida (hectares)		Produção (toneladas)	
	Total	%	Total	%
Soja (Cerrado)	12.737.341	58,56	36.863.051	64,28
Soja (Brasil)	21.750.468	100,00	57.345.382	100,00
Milho (Cerrado)	6.190.661	45,34	25.309.199	49,90
Milho (Brasil)	13.654.715	100,00	50.719.822	100,00
Algodão (Cerrado)	780.228	96,12	2.840.250	98,02
Algodão (Brasil)	811.686	100,00	2.897.542	100,00

* Inclui MT, MS, GO, MG, BA, PI, MA e TO

Fonte: Sidra/IBGE. Elaboração: Marcos V. V. da Costa

São estruturas que permitem a ação possível, pois estão condicionadas por determinadas condições naturais, como a temperatura, distribuição de chuvas, luminosidade e topografia, mas também por determinantes sócio-espaciais que condicionam as ações, ou seja, o passado, a história, onde há forças pretéritas e valores tradicionais que precisam ser superados quando se trata da expansão do moderno.

Como mostra a figura 1, os incentivos a essa eficiência produtiva do cerrado se vinculam à expansão do mercado consumidor mundial: na safra 2009/10 a produção mundial de soja excedeu o consumo em apenas 22.461 mil toneladas. Tratando-se da China, ocorreu um déficit da produção em relação ao consumo de 44.450 mil toneladas e, no caso do Brasil, houve um excedente da produção da ordem de 32.825 mil toneladas em relação ao consumo. Portanto, o crescimento da população mundial, a demanda crescente por alimentos, a abertura de novos mercados, a ampliação das exportações, o crescimento do mercado interno brasileiro, constituem alguns fatores estimuladores da expansão da produção da agricultura moderna no cerrado.

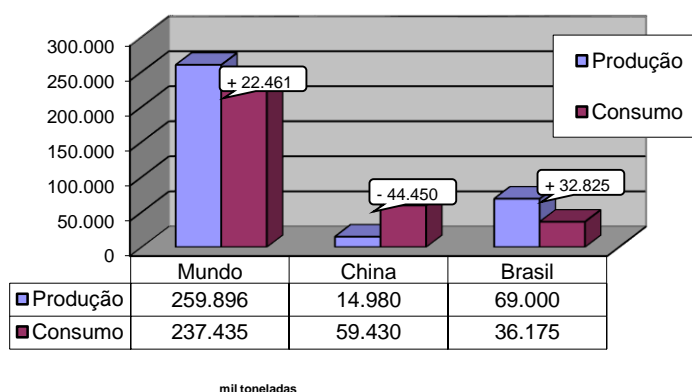


Figura 1. Produção e consumo de soja 2009/10

Fonte: USDA

Assim, as ações exigem um tempo junto com um espaço, havendo uma disputa da ocupação dos mesmos e a instalação de uma tecnosfera, dependente da ciência e da tecnologia, exige a criação de uma atmosfera psicossocial, de um ambiente de aceitação desse novo, como enfatiza Santos^[22]. Segundo Ribeiro, a psicofera cria as condições sociais para a aceitação da tecnosfera, adequando comportamentos, acompanhando e até antecedendo a expansão do meio técnico-científico, consolidando a base social da técnica^[23].

Quadro 2. Variação da expansão da agricultura moderna - 1990-2009 (%) e rendimento em 2009

Produtos	Área colhida (hectares)	Produção (toneladas)	Rendimento (kg/ha)
Soja (Centro-Oeste)	162,36	352,99	2.796
Soja (Brasil)	89,34	188,20	2.636
Milho (Centro-Oeste)	143,44	400,94	4.339
Milho (Brasil)	19,84	137,59	3.714
Algodão (Centro-Oeste)	263,81	836,10	4.010
Algodão (Brasil)	-41,68	62,49	3.569

Fonte: Sidra/IBGE. Elaboração: Marcos V. V. da Costa

Nos anos 90, graças à pesquisa agrônômica e à incorporação de novas tecnologias, o cerrado do Centro-Oeste, alcançou ganhos notáveis em termos de eficiência na produção de grãos, passando a produzir mais por unidade de tempo e de área. Como pode ser visto no quadro 2, entre 1990 e 2009, enquanto a área colhida com soja cresceu 143,44%, a produção aumentou 352,99% e o rendimento 70,38%; a área colhida com milho foi ampliada 143,44%, a produção 400,94% e o rendimento 93,27%; tratando-se do algodão, a área colhida foi ampliada em 263,81%, a produção em 836,10% e o rendimento 158,04%. Nesse contexto, os fixos multiplicam-se, diversificam-se, renovam-se, os fluxos se intensificam, os lugares são valorizados e especializados e a circulação se acelera. Muda a divisão técnica e social do trabalho em função da extensão do mercado.

A fronteira técnica da cadeia carne/grãos

A expansão da agricultura moderna no cerrado do Centro-Oeste constituía uma significativa fronteira /técnica do capital até os anos 2000. Entretanto, na segunda metade da última década, os novos fronts vêm sendo constituídos pela cadeia de carnes, aproveitando a existência dos grãos em uma fronteira agrícola moderna consolidada, envolvendo a revolução genética na produção de frangos, suínos e bovinos, traduzidos em tecnologias de ponta que produzem impactos no campo e na cidade, instituindo novas relações. A partir do esgotamento do velho, surge um novo modelo, que implica em novas técnicas, nova escala de produção, só encontrada no cerrado, mais adequada às atuais necessidades da acumulação, significando avaliar de que modo, em que condições e com que efeitos esta região está sendo adaptada às necessidades de inserção do Brasil no processo de expansão e de mudanças no âmbito da mundialização da economia.

^[23] Ribeiro, 1991, p. 96-116 em *Matéria e Espírito: o poder (dês)organizador dos meios de comunicação*.

A implantação de técnicas especializadas na cadeia produtiva carne/grãos, geradoras de economias de escala, vem promovendo alterações decisivas nas relações agricultura, indústria e comercialização. Assim, a cada novo impulso de modernização das forças produtivas agropecuárias e agroindustriais, os sistemas urbanos vêm se reorganizando, apresentando maior complexidade, o que pode ser detectado através dos novos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação que vêm se estabelecendo entre campo e cidade. Como nos diz Denise Elias, “quanto mais se difunde a agricultura científica globalizada, mais urbana se torna a sua regulação”^[24], implicando no surgimento de novas funções, que são hegemônicas, vinculadas ao atendimento das demandas da agropecuária científica.

É possível, portanto, falar, com base no processo de modernização, do estabelecimento de novas relações campo/cidade, da existência de uma relação direta entre reorganização territorial e a coordenação de novos processos, procedimentos e ações que organizam e otimizam o funcionamento de novos setores produtivos e o movimento de seus produtos no âmbito da cadeia carne/grãos. Nesse contexto, a *divisão territorial do trabalho* que, segundo Santos, consiste na repartição de objetos e atividades entre lugares, promovendo sua especialização, funciona como um instrumento de expansão capitalista e condição para a acumulação^[25].

Cabe ressaltar que, num contexto em que a economia de mercado se desenvolve segundo suas próprias leis, as oscilações de mercado afetam a organização da produção, à qual o próprio mercado deu vida, ameaçando-a. Trata-se da chamada “crise” que se abateu sobre os produtores e empresas agrícolas, ao serem afetados pelas mudanças nos preços do mercado internacional devido à queda no preço das *commodities*, como também em função do aumento dos preços dos insumos como sementes, fertilizantes e herbicidas e da elevação dos valores das máquinas agrícolas, a qual se manifesta com maior intensidade na primeira metade dos anos 2000.

Em outras palavras: no âmbito do sistema de mercado, enquanto os preços das *commodities*, especialmente da soja, caíam, os elementos de custo subiam, o que se vincula à forma como se organiza o mercado auto-regulável, como também ao sistema financeiro, com o apoio das classes comerciais, cientes de sua liderança e poder político. Segundo o discurso dos grandes empresários, a “crise” se traduzia principalmente na falta de diversificação da produção e de agregação de valor à mesma.

Na verdade, como sustenta André Gorz, comentando a crise da modernidade, a “crise” indica a necessidade da modernização de modernizar-se^[26]. Nessa crise a racionalidade econômica se expressa na transformação técnica, significando produzir mais e melhor em menos tempo, permitindo economizar, ou seja, movimentar os fatores de produção da maneira mais eficaz possível. Para o autor o que interessa é a necessidade de modernizar os pressupostos da modernidade, pois a crise que aflora é a crise da racionalidade econômica, da estreiteza de seus limites.

[24] Ver Denise Elias, no artigo Agronegócio e desigualdades sócio-espaciais, 2006, p. 293.

[25] Santos, 1996, Capítulo 5, p. 104-112.

[26] Ver André Gorz, 2003.

As tensões que surgiram envolvendo produtores agrícolas/empresas agrícolas e os comercializadores da produção, favoreceram o desenvolvimento de um novo movimento de caráter econômico e político, especialmente a partir de 2005, quando foram criadas as condições necessárias à difusão de uma nova onda modernizadora na região. Assim, um novo momento econômico e uma nova organização social, passam a ser modelados, representados pela implantação de cadeias agroindustriais, em sistemas muito organizados, como os de integrados de suínos e aves, aproveitando a grande produção de grãos da região, que passaria a ser industrializada, incluindo a Integração Lavoura Pecuária (ILP). Essas cadeias incorporaram as mais recentes tecnologias, com vistas a atender segmentos de consumo mais exigentes.

É importante destacar que as “aparentes” dificuldades da agricultura de exportação não destruíram a autoridade de seus defensores, mas possibilitaram que os mesmos justificassem que as causas das mesmas se encontravam na aplicação incompleta dos princípios do mercado, argumentando que não foram o sistema competitivo e o mercado auto-regulável os responsáveis pela “crise”, mas a necessidade de difusão mais ampla e aprofundada do sistema de mercado, formulando propostas de industrialização das matérias primas.

Como não era possível negar que os negócios eram prejudicados pelas oscilações dos preços das commodities no mercado internacional e pelo aumento dos custos dos insumos, situação agravada pelas dificuldades da logística de transportes, instituições privadas e públicas se empenharam em intervir nessa região, criando condições para a difusão e o aprofundamento do sistema de mercado auto-regulável, procurando remover os obstáculos ao funcionamento do sistema competitivo. Desta forma, ao tempo trazido para os cerrados com a difusão dos fronts agrícolas, um novo tempo se impunha, o tempo do front da cadeia carnes/grãos, com difusão de objetos técnicos mais especializados que possibilitavam ações mais racionais e velozes^[27].

Convém esclarecer que estamos utilizando o termo competitividade no sentido a ele atribuído por Santos^[28]. Como enfatiza o autor, diferente da velha concorrência, a competitividade que caracteriza o nosso tempo significa vencer o outro a qualquer custo, esmagá-lo para tomar o seu lugar, o que pode ser exemplificado com os movimentos de concentração e centralização do capital. Nessa guerra o apelo à força se justifica, assim como os individualismos extremados, seja na ordem econômica, política ou do território, seja na ordem social, “que acabam por constituir o outro como coisa”

Para que os produtores pudessem reduzir os custos, e ser mais competitivos, deveriam dispor na região de novos atores do porte da Sadia e da Perdigão, sendo essas empresas atraídas pelas possibilidades da escala de produção e pelas vantagens da proximidade das matérias primas, como a soja e o milho, para produzir ração a baixo custo, aproveitando, ainda, o substancial nível de concentração técnica já existente. Tais empresas foram beneficiadas com substanciais vantagens concedidas pelos governos locais, como a oferta de áreas para suas instalações, infra-estrutura e isenção

[27] Samuel Frederico, tese de doutorado intitulada “Expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos”, 2009.

[28] Milton Santos, Por uma outra globalização, 2000, p.46-48.

de impostos durante alguns anos. Além disso, as novas estruturas estariam favorecidas por determinadas condições naturais da região, como a altitude.

Vale destacar que na contemporaneidade, os conjuntos formados pelo novo sistema de objetos e de ações tendem a ser mais produtivos e a constituir situações hegemônicas quando colocados à disposição de forças sociais mais poderosas. Em última instância, trata-se do esgotamento do modelo tradicional de produção da cadeia carnes/grãos no Sul e Sudeste do país e da expansão dessa cadeia para o Centro-Oeste, através da implantação de um novo modelo, com aplicação de novos procedimentos e métodos científicos, incorporando ciência, tecnologia e informação, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho e redução dos custos, em escalas de produção nunca antes imagináveis, num contexto de transformação radical das forças produtivas, proporcionando maior nível de rentabilidade ao capital. Não obstante, essa expansão vem sendo gradativa, como revelam os elevados índices de produção de aves e suínos na área tradicional do país.

No cenário nacional, a concentração do rebanho de frangos em 2009 permanecia no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, respondendo esses estados por 67,94% do total do país, enquanto os principais estados produtores do cerrado, representados por Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia participavam com 19,71%. Entretanto, no que se refere à variação da evolução do rebanho no período 2000/2009, Mato Grosso assumia a liderança com 233,12%, seguido por Goiás com 130,32%, ao passo que os estados tradicionalmente líderes se situavam entre 44 e 86%, dados que confirmam a expansão geográfica para o cerrado (figura 2).

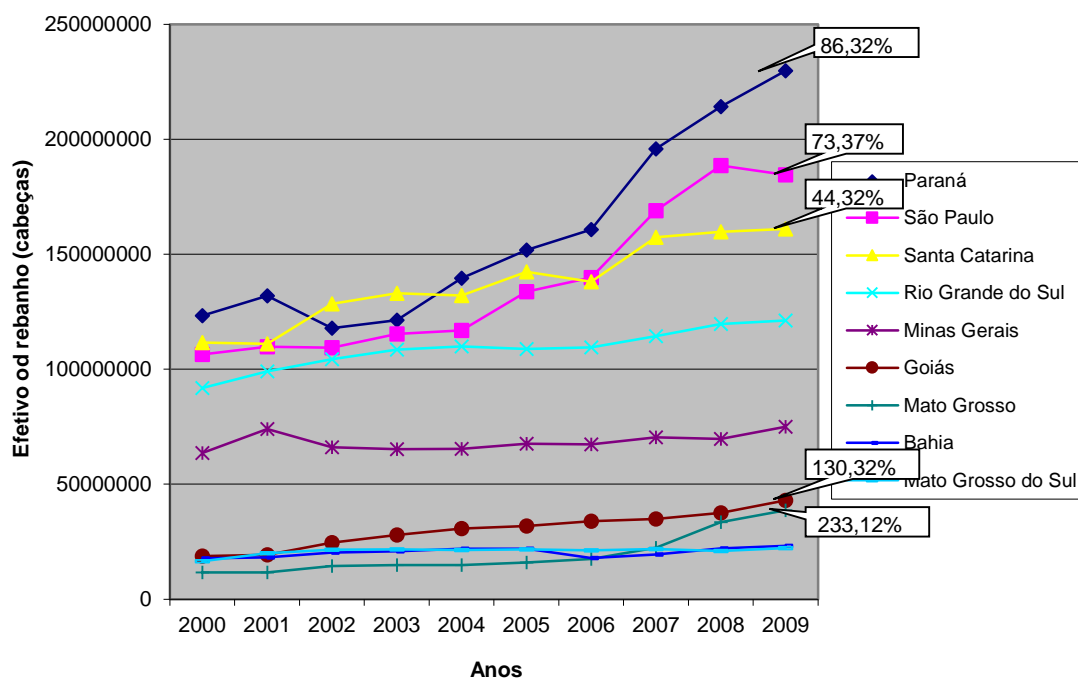


Figura 2. Evolução do efetivo do rebanho de frangos dos estados do Sul e do Cerra

Fonte: SIDRA/IBGE

Tratando-se do rebanho de suínos, como evidencia a figura 3, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná lideravam o ranking em 2009, detendo 48,46% do total do país, ao passo que a participação de cerrado (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia) correspondia a 29,54%. A variação no período 2000/2009 também é reveladora da expansão geográfica para o Centro-Oeste, crescendo Mato Grosso 123,58% e Goiás 64,26%, enquanto os tradicionais produtores do Sul se situaram entre 20 e 56%. Os dados são reveladores de que os projetos em execução no cerrado do Centro-Oeste apontam para significativas mudanças no quadro nacional em curto espaço de tempo.

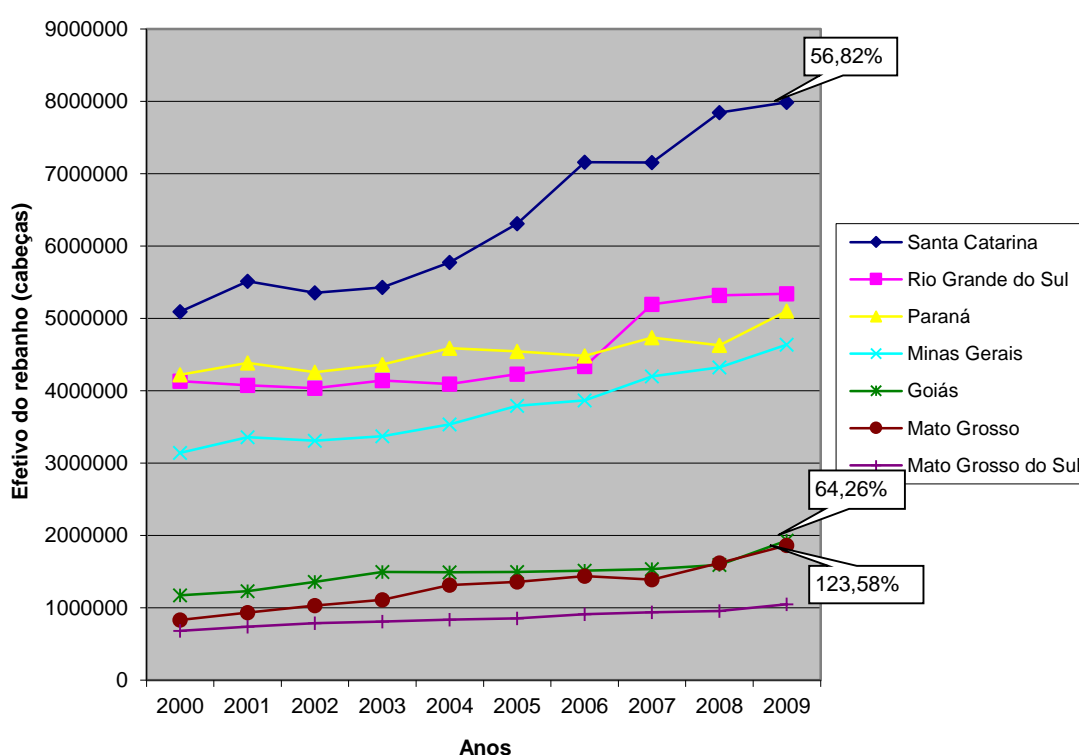


Figura 3. Evolução do efetivo do rebanho suíno em estados do Sul e do Cerrado

Fonte: SIDRA/IBGE

No que concerne ao rebanho bovino, a figura 4 mostra que a região Centro-Oeste e Minas Gerais, tradicionalmente grandes produtores, continuam liderando a produção, detendo em 2009 cerca de 45% do total nacional, devendo-se destacar na variação entre 2000 e 2009 o estado de Mato Grosso, com crescimento expressivo em torno de 44,56%. A Integração Lavoura Pecuária também constitui uma atividade em ascensão no cerrado, favorecida pela crescente demanda mundial por proteína animal. Essa integração se faz quase sempre com base na utilização do caroço do algodão e do milho na ração animal.

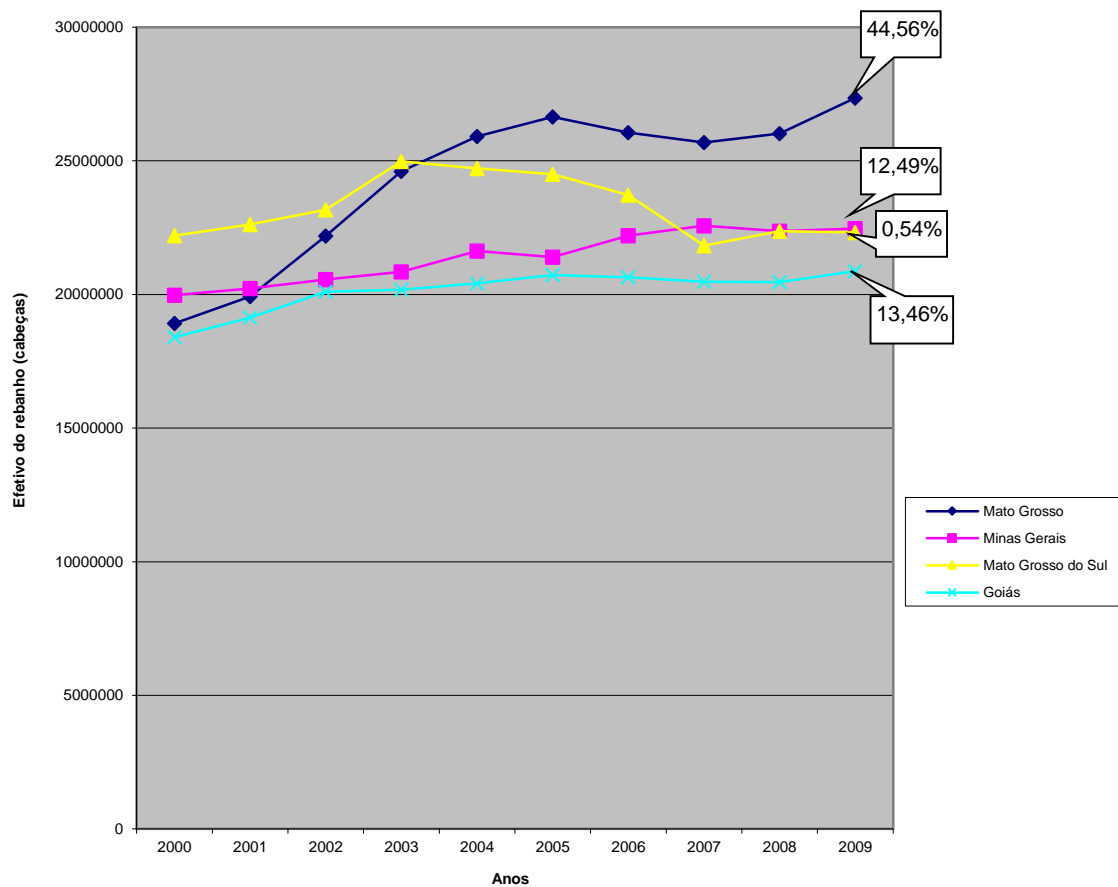


Figura 4. Evolução do rebanho bovino nos principais estados produtores
 Fonte: SIDRA/IBGE

Na distribuição geográfica dos animais confinados em 2009, como visualizado na figura 5, coube ao estado de Goiás a maior participação (39%), vindo em segundo lugar São Paulo (28%), seguido por Mato Grosso (18%).

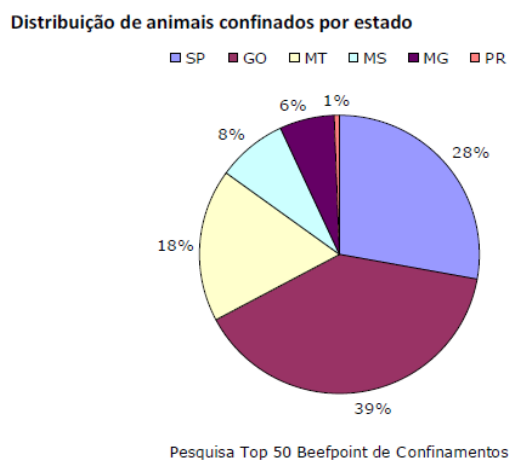


Figura 5. Confinamento do rebanho bovino
 Fonte: www.beefpoint.com.br

Os projetos já executados na área concentradora da agricultura moderna no cerrado, seja na produção de aves, suínos ou bovinos, confirmam a constituição da maior cadeia carne/grãos do país. Em Mato Grosso, além da Sadia, que produziu em 2009, aproximadamente 250 mil frangos/dia na BR-163, sendo a meta atingir 500 mil, e 370 mil na BR-364, destaca-se também a Perdigão, que após a reestruturação produtiva na unidade da BR-163, vem produzindo cerca de 375 mil frangos/dia. No Sudoeste Goiano a Perdigão domina a produção de frangos, abatendo aproximadamente 600 mil frangos/dia nas duas unidades, havendo ainda uma unidade da Brasil Foods em Dourados (Mato Grosso do Sul). Toda essa produção apresenta indicadores de produtividade jamais vistos, havendo um intervalo de 42 dias entre nascimento e abate, sendo necessários 30 dias para a criação de um frango de um quilo e meio. As mesmas empresas, juntamente com outras de menor porte, são responsáveis pela criação de suínos no Centro-Oeste, revelando alta qualidade genética e padrão de sanidade.

Como nos lembra Santos, “com o desenvolvimento das forças produtivas, a desigualdade regional cessa de ser o resultado das aptidões naturais e está se tornando ao mesmo tempo mais profunda e mais especulativa: existe uma maior necessidade de capitais crescentemente volumosos; os recursos sociais também tendem a se concentrar em certos locais onde a produtividade do capital é cada vez mais alta. Tudo está ligado”^[29].

A nova organização produtiva, induzida pelo mercado, fator determinante das transformações, implicou no desenvolvimento de novas atividades no campo, a exemplo da implantação dos aviários e de granjas de suínos, numa escala que só o Centro-Oeste possibilita. Tais transformações no espaço agrário estão associadas às novas implantações industriais no espaço urbano, a exemplo das esmagadoras, fábricas de ração, armazéns, abatedouros, frigoríficos e outros tipos de indústria; nesses urbanos simultaneamente vêm sendo introduzidos sofisticados sistemas de comunicação e de informações, que possibilitam a redução do tempo e redefinem a espacialidade dos circuitos de produção, emergindo um espaço organizado em rede, diluindo-se a rigidez das fronteiras entre municípios, possibilitando a fluidez maior mobilidade do capital.

A criação das redes de produção agropecuárias globalizadas, associadas à fluidez promovida pela implantação dos novos sistemas de engenharia dos transportes e comunicações, permite que os *circuitos de espaciais de produção e os círculos de cooperação* alcancem áreas mais distantes, proporcionando movimentos de reorganização do campo e da cidade, de sistemas urbanos mais complexos e de inter-relações cada vez mais intensas entre as cidades.

Segundo Santos e Silveira, a percepção da distribuição das atividades nos lugares nos revela a divisão territorial do trabalho, que é estática^[30]. Contudo, para entendermos o funcionamento do território é preciso captar o movimento, e a noção de circuitos espaciais da produção podem oferecer uma visão dinâmica, na medida em que são

^[29] Santos, Economia espacial, 2003, p. 22.

^[30] Ver Santos e Silveira, 2001, p.143.

definidos pela circulação de bens e produtos, indicando como os fluxos perpassam o território.

Embora a logística de transportes constitua uma barreira a ser ultrapassada, particularmente em Mato Grosso, a região Centro-Oeste apresenta outros tipos de logística em termos do conjunto de competências infra-estruturais como armazéns, ou institucionais, como normas, parcerias público-privadas, agências reguladoras, instituições, além da logística estratégica operacional, que remete ao conhecimento técnico dos prestadores de serviços e operadores logísticos, como nos lembra Ricardo Castillo, sendo esses aspectos fundamentais para conferir maior competitividade à região^[31].

Nesse contexto, os governos municipais colocaram em prática a política de estímulos às grandes empresas, através da concessão de áreas para a implantação dos fixos e isenção de impostos; no âmbito do governo estadual, além da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), foi dada ênfase à melhoria das vias; na instância federal dominaram os subsídios governamentais através das formas de financiamento, as quais também filtram e selecionam, além das obras viárias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desencadeando-se, portanto, uma política que visa o aumento da produção e da produtividade. Por outro lado, a compreensão do novo movimento de desenvolvimento das forças produtivas nessa fase envolveu a atuação do Estado no estabelecimento de regras, instrumentos e definição legal de papéis, a exemplo da questão ambiental.

Dessa forma, o desenho espacial da cadeia produtiva de grãos no cerrado foi alterado, em função do alto valor agregado devido à introdução da cadeia produtiva de carnes, levando as novas proporções do capital à instauração de novas formas de relações entre empresas e de interações entre lugares, estabelecendo-se novas hierarquias entre os distintos capitais e territórios.

É possível, portanto, falar, com base no processo de modernização, do estabelecimento de novas relações campo/cidade, da existência de uma relação direta entre reorganização territorial e a coordenação de novos processos, procedimentos e ações que organizam e otimizam o funcionamento de novos setores produtivos e o movimento de seus produtos no âmbito da cadeia carne/grãos.

Por outro lado, a compreensão das políticas públicas e privadas desenvolvidas e de como vêm contribuindo na emergência de novas relações sociais, como também os interesses envolvidos, explicam o processo de intensificação das interações entre as cidades que coordenam os processos agrícolas. Dessa forma, esse conjunto constitui uma rede urbana seletiva e hierarquizada de uma região especializada na produção de grãos e carnes, com diferentes níveis de interação entre as cidades, as quais apresentam graus diferenciados de capacidade de integração na teia regional.

Tais diferenciações estão associadas ao crescimento econômico desta região especializada, que se revela cada vez mais desigual, gerando desequilíbrios e exclusão social, o que pode ser explicado em parte pela manutenção de determinadas estruturas econômicas, sociais e políticas que alimentam as novas formas de acumulação.

[31] Ricardo Abid Castillo, 2002.

Segundo Paulillo, a identificação do espaço (global e uno) e das localidades (singulares e específicas), possibilita avançar na compreensão da dinâmica das cadeias produtivas e dos circuitos espaciais da produção enquanto redes de poder territorial, uma vez que o território constitui uma construção social e política, onde os atores coletivos e individuais trocam recursos de poder e articulam interesses, configurando estruturas de oportunidades distintas^[32].

A esta altura, é fundamental detectar como os fatores estruturantes da produção do território e da organização da sociedade, representados pelas variáveis trabalho, terra e capital, estavam constituídos nesse momento nesse território: o capital em função dos vultosos investimentos, a terra que devia estar disponível para economias de escala, e o trabalho, enquanto cerne da extração da mais valia. De fato esses fatores se encontravam disponíveis na Região Centro-Oeste, segundo as necessidades da nova acumulação, e foram fundamentais enquanto “princípio organizador da sociedade”, como nos diz Polanyi^[33], na fase da implantação da cadeia de carnes.

No que concerne aos investimentos de capital, é possível afirmar que a história do novo tempo do capital, envolvendo a implantação de novas atividades no cerrado, com o objetivo de ampliar as vendas de mercadorias, mas não exclusivamente, já que envolve recursos de poder, está associada ao movimento de fusões, de centralização e de concentração do capital e de poder, que inclui o poder político, a exemplo da fusão Sadia /Perdigão resultando na Brasil Foods, do Grupo Vanguarda do Brasil com a Brasil Ecodiesel, da Perdigão com a Gale Industrial e o Grupo Paraíso, só para citar alguns exemplos que impactam a região.

Deve-se considerar que, no processo de cooperação/competição do encadeamento produtivo, o nível de interdependência entre os atores faz com que as estratégias que desembocam em concentração e centralização do capital provoquem efeitos nos demais atores da cadeia e, nesse sentido, a busca do poder é significativa, na medida em que favorece a dominação no encadeamento. Nesse sentido, a organização do capital nas novas cadeias produtivas implicou em substanciais níveis de investimento, centralizando-se a economia em menor número de empresas, levando ao aumento do monopólio, promovendo as novas proporções do capital a instauração de novas formas de relações entre empresas, lugares, entre o rural e o urbano, estabelecendo-se novas hierarquias entre os distintos capitais e os territórios, significando disputa de todos os espaços e fatias do mercado, levando à submissão e/ou exclusão de produtores menores. Como assinala Paulillo, as oportunidades de ação, os interesses envolvidos e os recursos de poder, possibilitam compreender o funcionamento das cadeias produtivas enquanto redes de poder^[34].

Entretanto, na atual fase de competitividade, de domínio da tecno-ciência e do tecnomercado, o cerrado do Centro-Oeste constitui o território possível e adequado às novas necessidades de escala de produção das empresas globais. Assim, as novas proporções do capital produtor de carnes demandam garantia da produção de grãos em níveis quantitativos e qualitativos adequados, significando controle do território, impondo-se

[32] Paulillo, 2000, p. 4-5.

[33] Polanyi, “A Grande Transformação”, 2000.

[34] Ver Paulillo, 2000.

novos caminhos às regiões, desembocando no processo de concentração da terra, implicando na redução e/ou exclusão de pequenos e médios produtores.

Em relação à variável trabalho, foram criados mecanismos para sua regulação que escapavam ao funcionamento da lei de oferta e procura, já que as novas atividades que se abriam e a escala em que funcionavam exigiam a presença de numerosos contingentes de mão de obra, os quais, contraditoriamente, não podiam permanecer no local em função da incompatibilidade salário/moradia/custo de vida. Oferecendo baixos salários, ligeiramente superiores a um salário mínimo, a forma de conseguir mão de obra era a concessão de vantagens, como moradia com financiamento a longo prazo para alguns, ou contratação de alguns membros da família, significando agravamento das relações de dependência.

Polanyi enfatiza que “embora seja da natureza das coisas que os diferenciais salariais possam (e devam) continuar a desempenhar um papel essencial no sistema econômico, outras motivações, além daquelas diretamente envolvidas nos rendimentos monetários, podem compensar em muito o aspecto financeiro do trabalho”^[35].

Em suma, para que a produção de carnes assumisse proporções inacreditáveis, foi essencial o estabelecimento de medidas e de uma rede de integração de políticas que alimentassem processos de concentração e centralização, levando a mudanças na geografia dos grãos, a fenômenos de inauguração de novos espaços produtivos, vinculados a novos potenciais, assim como a fenômenos de eliminação de espaços com reduzida capacidade de diversificação.

Emerge, assim, uma estrutura produtiva mais articulada no cerrado do Centro-Oeste, atingindo-se um patamar mais intenso da cooperação capitalista. Nesse contexto, redefine-se a própria noção de fronteira, através das novas relações entre sistemas produtivos e redes técnicas, que configuram novos formatos, com formas mais rígidas do ponto de vista das técnicas, com ampliação do capital fixo, significando maior rigidez para o exercício do trabalho vivo, alcançando-se maior fluidez através da produção de maior rigidez, como nos diz Santos^[36].

Como afirma Ribeiro, diagnosticar as utilidades técnicas e perceber quem pode dispor de quê para ter uma produção racionalmente orientada, como fontes de energia, de água, saberes, instalações, infra-estruturas, etc, significa entender a natureza desse poder que permite que a economia se realize. Significa instituir o futuro, que é uma característica da modernidade. Assim, as grandes empresas planejam, pensando no futuro com as condições do presente. Constroem projetos e disputam o futuro que desejam, que pode ser altamente competitivo, tecnificado. Logo, quem tem projeto decide, estabelece as regras e implementa, pois, sem projeto, não se disputa a hegemonia^[37].

[35] Polanyi, 2000, p.292.

[36] Santos, 1966, p.201.

[37] Ribeiro, 2002.

Fronteira da última modernidade no cerrado: emergência das contradições

Para Henri Lefebvre, há somente uma forma para pensar a Modernidade: perceber as contradições e compreendê-las^[38]. Elas formam *nós* bem cerrados, tramas finas. Como pegar as pontas dos fios e desvendá-las? O mais freqüente é cortar os fios. A nova modernização seriam as superorganizações, as redes de relações e de comunicações tornando-se mais densas e eficientes, e ao mesmo tempo o desconhecimento, o ato consciente de ignorar as condições dos precariamente incluídos nessas redes. A percepção da contradição começa ao ver os dois aspectos não separadamente, ao perceber o movimento de separação e totalização, totalização que se efetua pelos mecanismos do Estado, da sociedade global, das comunicações, das normas, da cultura. Nessa direção vamos desvendando os conflitos.

O novo front que tentamos caracterizar neste trabalho não se resume a limites geográficos, a expansões territoriais, não é apenas “o território do novo, da inovação”, da aceleração do tempo, da fluidez do território. José de Souza Martins nos adverte para a necessidade de incorporação do conflito na apreensão do significado mais profundo da fronteira^[39].

Na fronteira fundante da cadeia carne/grãos, o conflito se revela particularmente nos problemas sociais e ambientais, nas formas de controle do trabalho e do território e, dessa forma, vai se construindo mais um pilar da estrutura da sociedade brasileira. O nível de extração de mais-valia do trabalho e as formas de controle sobre os trabalhadores indicam que “a reprodução ampliada do capital é assegurada por um desfrute da força de trabalho além da possibilidade de reprodução desta” como esclarece Martins, muitas vezes através da incorporação de mecanismos de acumulação primitiva^[40].

Há postos de trabalho não ocupados em meio a tantas pessoas desempregadas, há oferta e procura, mas as condições trabalho e de salário são incompatíveis com o mínimo de dignidade humana, seja na Região Centro-Oeste ou Sul. Segundo o noticiário, no Sul do Brasil, para conseguir mão de obra na cadeia de carnes, para o trabalho nos frigoríficos de Chapecó (Sadia), no Oeste de Santa Catarina, apela-se para o recrutamento em aldeias indígenas (Povo Kaingang), envolvendo longas e penosas jornadas de trabalho, elevado número de trabalhadores afastados por doenças ou lesões ocupacionais e baixos salários, em torno de 600 reais. Na fronteira/técnica do Centro-Oeste busca-se convencer maranhenses e piauienses, mas as mesmas formas se repetem. Entretanto, em junho deste ano a imprensa divulgava que em 2008 a Sadia faturou 10,7 bilhões de reais e a Perdigão 11,3 bilhões, com um lucro de 54 milhões. Por outro lado, a substituição do trabalho manual pelo mecânico vem se impondo, a exemplo das áreas de recente expansão da cana no cerrado goiano, em parte em função dos atuais níveis de organização do trabalho, realizando uma máquina no plantio o trabalho de 150 trabalhadores e no corte de 80 homens.

[38] Henri Lefebvre, 1969, p.220.

[39] José de Souza Martins, 2009.

[40] Martins, 2009, p. 87.

Nessa fronteira técnica, onde se instala um outro patamar de modernização, no âmbito do processo de concentração e centralização do capital aumenta o preço da terra agrícola, transformando-se o território num cenário de contradições e conflitos, gerando concentração da terra e redução do estrato dos agricultores de menor porte. As terras de posseiros e de indígenas, também constituem motivo de conflito. Recentemente, a imprensa brasileira noticiou a atitude arbitrária do governo de Mato Grosso na tentativa de retirar 600 xavantes da terra indígena Marãiwatsédé, no Vale do Araguaia, para entregar a área para 939 famílias de não índios^[41] (figura 6). Em outras palavras: a terra é prostituída na medida em que o uso do território está voltado exclusivamente para o lucro.



Figura 6. Índios xavantes da terra indígena Marãiwatsédé, no Vale do Araguaia

Fonte: *Folha de São Paulo* – 07/08/2009

Segundo Álvaro Vieira Pinto, no processo de instituição de novos *fronts*, em que a ampliação da racionalidade econômica se exterioriza no uso de técnicas cada vez mais originais e fecundas na elaboração de bens e produtos em maior quantidade e qualidade, emergem as contradições sociais, que se exprimem como contradições com

^[41] *Folha de São Paulo*, 02/07/2011, Caderno A13.

a natureza, consistindo no desacordo social onde o modo de vida de alguns prejudica a existência de muitos^[41].



Figura 7 – Área de distribuição original do Cerrado
Fonte: Conservação Internacional – Brasil



Figura 8. Área dos remanescentes do Cerrado em 2002
Fonte: Conservação Internacional - Brasil

Abrangendo um quinto do território brasileiro, apesar da enorme biodiversidade da fauna e da flora, e de sua importância no equilíbrio ecológico, o cerrado tem sido o bioma mais ameaçado do país, possuindo apenas 20% vegetação nativa, segundo estudos recentes, como ilustram as figuras 7 e 8. Entre 2002 e 2009 foram desmatados 37.229 km² no cerrado^[43], indicando que a fronteira agrícola avança rumo à floresta

^[42] Álvaro Vieira Pinto, 2005.

^[43] Os níveis de desmatamento no Cerrado foram extraídos de SIAD-LAPIG/UFMG, 2010.

amazônica. A consequência disso é que enquanto a destruição é rápida, a reprodução não se faz em tempo semelhante, ocasionando a destruição do ecossistema.

Entretanto, o modelo técnico produtivo das novas cadeias produtivas produz novos territórios não apenas eliminando o bioma cerrado, mas consumindo mais natureza, maiores volumes de água, de energia, de matéria-prima, produzindo, em contrapartida, grandes volumes de dejetos, que implicam em substanciais repercussões desestruturadoras do meio ambiente.

Como elucidada Ruy Moreira, se por um lado aumenta a capacidade de consumir mais natureza, por outro não se reinventa a forma de reconstruí-la na mesma medida. Como não se cria uma nova cultura técnico-científica da noite para o dia, o tempo virou um problema estratégico. É preciso tempo para se criar uma nova base material, ou seja, técnica e natureza compatíveis em seus respectivos modelos^[44].

Para concluir: a ideologia da eficiência

Em síntese: o que é essa fronteira técnica do capital? Em nossa exposição procuramos traduzir a relação fronteira/técnica, a fronteira da última modernidade, que é a da cadeia carne/grãos, enquanto desobediente aos determinantes nacionais uma vez que não acumula linearmente no território nacional, mas se apropria de áreas antes consideradas inadequadas, ou seja, é a fronteira técnica de que antes não se dispunha.

Por outro lado, estamos frente a uma fronteira construída pelo desencontro entre a velocidade exigida pelos impulsos globais e as permanências oriundas das lutas sociais. Estamos frente a uma fronteira, assinala Ribeiro, onde os arranjos territoriais significam a coexistência conflituosa de diferentes racionalidades, onde a imposição de uma ordem técnica demanda nova ordem territorial, ou seja, mais terra e novos recursos, o que só é possível com mais técnica^[45].

Essa fronteira técnica se insere na chamada “globalização dos mercados”, globalização voltada para a chamada homogeneização do planeta movida pela competitividade, que constitui o valor máximo; nesse processo, o sujeito central é aquele que realiza seu cálculo de ganhos em termos quantitativos e, nesse sentido, competitividade e sujeito calculador são termos equivalentes, e o resultado é a “eficiência”. Afirma-se que os países para integrar-se ao mercado mundial devem enfrentar o desafio da competitividade, nos diz o antropólogo Franz Hinkerlammert^[46], discutem-se experiências que não percam de vista o caminho da competitividade, ou seja, proclama-se a “eficiência formal” como valor supremo.

Discutir o modelo de produção vigente, em primeiro lugar, significa refletir sobre quem se beneficiará dos resultados do mercado globalizado eficiente. A questão nos remete às consequências desse mercado. No processo de reprodução ampliada do capital, a combinação social dos processos de trabalho se coloca como opressão organizada da vitalidade da força de trabalho, de sua liberdade e de sua independência individual. Em outras palavras, tanto na agricultura moderna como na indústria, a

[44] Ver Ruy Moreira, 2006 p.145.

[45] Ribeiro, 2009.

[46] Franz Hinkerlammert. 2005, p.193.

intensificação da produção é obtida à custa da devastação e do esgotamento do trabalho, e o progresso alcançado é um progresso na arte de explorar o trabalhador, como também de explorar a terra. Hinkerlammert enfatiza que “cada passo que se dá na intensificação de sua fertilidade, dentro de um período de tempo termina como passo dado no esgotamento das fontes perenes que alimenta a dita fertilidade”^[47].

Como anuncia Marx, “os produtores capitalistas desenvolvem a técnica e o processo social de produção, erodindo ao mesmo tempo as duas fontes originais de toda riqueza: a terra e o homem”. Portanto, a “eficiência formal” do mercado desenfreado leva à destruição das fontes de riqueza das quais depende essa eficiência, que são o ser humano e a natureza. A eficiência vira disputa, e o sistema de mercado vira compulsivo na destruição das fontes de riqueza para ganhar a concorrência, e quem não o fizer, sai do mercado por não ser competitivo. Nesse sentido, as empresas utilizam todos os recursos, reúnem todo o seu poder, associam-se, fundem-se, formam trusts, holdings, joint ventures, etc., já que o poder obriga a composições para prosseguir no processo de destruição. Nesse contexto uma visão homogeneizante se impõe, sendo o modelo técnico produtivo do cerrado revelador de mais uma face do capital, mais um produto ideológico.

É ainda Hinkerlammert quem afirma que a produção seria eficiente se, e somente se, reproduzisse as fontes da riqueza produzida, e aqui o conceito eficiente tem um significado distinto daquele normalmente utilizado na sociedade, uma vez que o conceito adequado às práticas comuns é o de “eficiência fragmentada”, que não se preocupa com as fontes de riqueza.

O que orienta esta conferência, a herança que posso deixar da experiencição da construção da fronteira/técnica do cerrado, é a necessidade do reconhecimento de valores humanos indispensáveis ao viver, valores que não contêm um cálculo quantitativo fragmentário, porque estão voltados para uma relação com o mundo, para o todo que ele é, com sua interdependência, com seus limites. Para falar desta relação, nada melhor que o discurso de Seattle, chefe dos “peles vermelhas”, extraído do texto de Hinkerlammert:

“Nós sabemos disso: a terra não pertence ao ser humano. O ser humano pertence à terra. Todos entendemos isso: as coisas relacionam-se, como o sangue unindo uma família. As coisas estão relacionadas entre si. Tudo o que sucede à terra, sucede aos filhos dela e assim por diante. O ser humano não trama o tecido da vida. Ele é, simplesmente, uma pausa nele. O que ele faz a esse tecido, faz a si mesmo”^[48].

Seattle está nos dizendo que o ser humano precisa ser colocado no centro. O ser humano não pode ser substituído pelo mercado e o capital, porque o capital no centro rouba do humano o seu lugar central e o destrói junto com a natureza. E isto diz respeito a uma política que não se reduz à técnica, mas que inclui o debate de valores, a uma política que reivindica sabedoria e humanismo. Como nos diz Santos, é preciso penetrar o mistério das formas geográficas, ultrapassando a falsa objetividade do

^[47] Citação de Hinkerlammert, 2005, p. 194-195.

^[48] Ver Diálogo Social, Panamá, nº 154, março de 1983.

mundo sensível, e não interpretar a coisa através da própria coisa, o território apenas pelo território, mas buscar sua essência^[49].

Em outras palavras, o território revela relação com concretude e alienação. Revela relação com concretude porque é a base do trabalho, da vida, das trocas, da identidade. Contudo, na medida em que o domínio contemporâneo é do dinheiro que produz dinheiro, isso produz alienação, fragmentação, falta de solidariedade. Mas o território tem uma força de desalienação desde que nossa leitura ultrapasse os limites da técnica e inclua os excluídos ou os precariamente incluídos, significando acionar o espaço do ponto de vista político.

Portanto, encontrar o território da resistência passa pela leitura de outros discursos, diferentes do hegemônico, diferentes dessa lógica única que se impõe, discursos que proponham outras formas de vida, outras formas de cooperação, que façam outras leituras dos recursos do espaço, e é nesse sentido que o território é uma alternativa de politização.

Entretanto, é necessário reconhecer que os projetos em desenvolvimento no cerrado brasileiro confirmam a relevância assumida pela região em termos da produção de commodities e de sua posição no mercado nacional e internacional, no âmbito do modelo de desenvolvimento assumido pelo país, uma relevância que se traduz em consenso e, até mesmo, numa certa euforia com o crescimento da produção e o avanço da fronteira da última modernidade^[50]. A produção dessa fantástica realidade, o fato da própria globalização ser vista como resultado da vontade de integrar mercados segundo um discurso único, como revela o Manifesto^[51], acaba constituindo obstáculo à reflexão crítica. Nesse sentido, cabe valorizar o papel da universidade na produção e socialização do conhecimento, no desenvolvimento do pensamento crítico, na concepção de futuros socialmente mais justos. Trata-se, aqui, da necessária superação do pensamento instrumental e utilitarista.

Referências bibliográficas

ARACRI, Luís Angelo dos S. Informatização do cultivo da soja em Mato Grosso e suas repercussões territoriais. In: BERNARDES, J. A.; FREIRE FILHO, O. L. Geografias da Soja: *BR-163 – Fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

BERNARDES, Júlia Adão; ARACRI, Luís Angelo dos Santos. *Espaço e circuitos produtivos: a cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2010.

[49] Santos, A Natureza do Espaço, 1996.

[50] Ver Júlia Adão Bernardes, 2010.

[51] Santos, 2000.

CASTILLO, Ricardo Abid. *Sistemas técnicos atuais e organização do território brasileiro: redes corporativas e competitividade territorial*. São Paulo: Terra Livre, 2002.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise e PEQUENO, Renato (org.). *Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

FREDERICO, Samuel. *O Novo Tempo do Cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos*. Tese de doutorado, USP, 2009.

GORZ, André. *Metamorfozes do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

HINKELAMMERT, Franz. O antropocentrismo ocidental e o desastre ecológico. In: PROCÓPIO, Argemiro (Org.). *Os Excluídos da Arca de Noé*. São Paulo: Hucitec, 2005.

LEFÉBVRE, Henry. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira - A degradação do Outro nos confins do humano*, 2ª edição, rev. e atualizada. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. *El Capital*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1946.

MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico: por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

PAULILLO, Luiz Fernando. *Redes de poder & territórios produtivos*. São Carlos: Rima: Editora da UFSCar, 2000.

PINTO, Álvaro Vieira. *Os desenvolvimentistas: o conceito de tecnologia*, volume 1. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: Rosélia Piquet e Ana Clara Torres Ribeiro. *Brasil, território da desigualdade*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1991: 96-116.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Paradigmas e tendências nos estudos urbano-regionais contemporâneos. *Anais do IV Colóquio sobre transformações territoriais*. Montevideu, 21 a 23 de agosto de 2002.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: RIBEIRO, A. T.; et ali. *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Prefácio. In: BERNARDES, J. A. ARRUIZZO, R. C. *Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. *Espacio, economía y sociedad*. Madrid: Siglo XXI de España Editores S. A., 1991.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Economia espacial*. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. Conferência de inauguração do mestrado, UFF, 1999.

SANTOS, Milton. *O papel ativo da geografia: um manifesto*. In: XII Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, julho de 2000.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

WEBER, Max. *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura, 1997.

© Copyright Júlia Adão Bernardes, 2015.

© Copyright Scripta Nova, 2015.

Ficha bibliográfica:

ADÃO BERNARDES, Júlia. Novas fronteiras do capital no Cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de abril de 2015, vol. XIX, nº 507. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-507.pdf>>. ISSN: 1138-9788.